

■ CAPÍTULO 3 ■

VERDADE E CERTEZA

Aqui, apresentaremos as mais conhecidas teorias da verdade, tais como: teorias da correspondência e as teorias epistêmicas, assim como a teoria semântica de Tarski, discutindo o caráter ou definicional, ou criterial dessas teorias, e discutindo a questão dos portadores de verdade.

3 VERDADE E CERTEZA

3.1 CERTEZA E EVIDÊNCIA

Dissemos no capítulo anterior que a questão sobre o acordo entre nossas representações de coisas que não são conhecidas diretamente e tais coisas nos leva a discutir também, de maneira mais geral, o problema da verdade de nossas **crenças, opiniões, teorias, hipóteses** etc. Não é possível duvidar dos dados dos sentidos, por exemplo, e por isso não caberia perguntar se um enunciado que descreve os dados dos sentidos de uma pessoa é para ela verdadeiro. É claro que tal pessoa só pode considerar tal enunciado verdadeiro. Inicialmente, vamos falar da verdade de crenças, opiniões, teorias, hipóteses etc., ou da verdade dos enunciados que as comunicam. Mais adiante, ao discutirmos o tema dos *portadores de verdade* (as coisas que podem ser verdadeiras), faremos distinções mais técnicas.

Suponhamos alguém que esteja vendo um gato. Sua representação atual de um gato é algo de que essa pessoa não pode duvidar e, enquanto aquilo que lhe é dado naquele momento, é objeto de certeza absoluta. Mas como essa pessoa pode estar sonhando ou tendo uma alucinação, pode não haver um gato como coisa material, existente fora da representação que ela tem. E, logo, o enunciado “ali está um gato” pode ser falso, isto é, não corresponder ao que há no mundo material. Por mais certeza e convicção que tenhamos sobre os dados dos sentidos, as coisas que eles representam podem não existir, e nossas crenças e opiniões, assim como os enunciados que as descrevem e comunicam, podem, assim, não corresponder ao mundo, e podem não ser verdadeiros.



La Vérité (“A Verdade”, 1870),
tela de Jules Lefebvre.

A verdade de uma crença ou de um enunciado é algo diferente da certeza e das convicções que uma pessoa possa ter sobre algum assunto. A certeza e a verdade só podem coincidir naqueles casos de conhecimento direto e incorrigível. Mas, no caso de entidades inferidas ou de objetos construídos, certeza e verdade se distinguem claramente. Por exemplo, se não conhecemos diretamente os corpos materiais e as outras mentes, então, por mais convicção que possamos ter sobre a hipótese da existência dessas coisas, é preciso que tais crenças e opiniões sejam apoiadas por evidências.

As evidências em favor de uma hipótese, crença ou opinião, é claro, podem ser parciais ou completas, podem ser conclusivas ou não. É verdade, por exemplo, que a regularidade do comportamento das outras pessoas e sua similaridade com nosso próprio comportamento é uma evidência em favor da hipótese de que as outras pessoas possuem mentes, e que, portanto, existem outras mentes, além daquela do sujeito que considera o assunto. Mas o problema é exatamente que tal evidência não é completa nem conclusiva. Ela pode apoiar em parte a hipótese em questão, mas não é suficiente para garantir sua verdade.

Além disso, a certeza pessoal ou convicção que alguém possa ter sobre alguma hipótese não é suficiente nem para ela mesma, nem para os outros, para sustentar a verdade dessa hipótese. Se virmos um gato, isso será uma evidência parcial em favor da existência de gatos, ou pelo menos daquele gato específico que vimos, enquanto um objeto material correlato a nossos dados dos sentidos. A certeza de estar vendo um gato não conduz à verdade da hipótese de que existe um gato fora da mente de quem tem esses dados dos sentidos.

Não se trata apenas do fato de que, se alguém testemunha estar vendo um gato, as outras pessoas podem duvidar de que ou haja um gato mesmo, ou que aquela pessoa realmente esteja vendo um gato. Mas a própria pessoa, para além de seus dados dos sentidos, não pode passar da certeza de estar vendo um gato para a verdade

Os argumentos de Descartes e Russell, que já foram mencionados no capítulo anterior, serão, respectivamente, tratados nos capítulos 4 e 8.

sobre a existência de um gato diante dela. Esse é o ponto central para a argumentação de alguns filósofos, como *Descartes* e *Russell*, entre outros, a respeito da possibilidade de estarmos sonhando ou tendo uma alucinação.

O resultado dessas considerações é que a certeza é uma evidência fraca até mesmo para o próprio indivíduo que tem certeza ou convicção de algo, e ela não pode se estender para além dos limites estreitos dos tipos de conhecimento direto que temos. Mesmo admitindo a existência de corpos materiais e de outras mentes, tal como discutimos no capítulo anterior, muitos fatos sobre as mais diversas coisas no mundo, que podem ser objeto de nossas hipóteses e crenças, necessitam de evidência para serem aceitos como aquilo que é o caso, e para que nossas hipóteses e crenças sejam então consideradas verdadeiras.

3.2 DEFINIÇÃO E CRITÉRIO DE VERDADE

Tal concepção mais comum, que estamos chamando de concepção tradicional, é aquela que, a seguir, vamos comentar, denominando-a então concepção correspondencial da verdade.

Entretanto, a esta altura, poderíamos nos perguntar: mas não poderíamos dizer que aquilo de que alguém tem certeza (absoluta) é também, pelo menos para essa pessoa, verdadeiro? Isso seria o mesmo que definir o que é verdadeiro como aquilo que é considerado verdadeiro por uma ou mais pessoas. E por que a verdade não poderia ser assim definida? De fato, poderia, mas essa não é a concepção mais comum, ou pelo menos não é a *concepção tradicional*, segundo a qual o que torna uma crença verdadeira é um estado de coisas, como comentamos no início deste capítulo.

Assim, para ser verdadeira, segundo essa concepção tradicional, uma crença deve estar de acordo com aquele estado de coisas (por exemplo, um fato ou acontecimento) que a torna verdadeira – e a crença é verdadeira porque, *de fato, há* tal acordo, e não porque *supomos* que haja tal acordo. Isso significa que uma crença pode ser verdadeira e que possamos, mesmo assim, não saber que ela é verdadeira.

Por outro lado, embora faça sentido, aparentemente, distinguir certeza de verdade, como vimos antes, assim como faz sentido dizer que uma crença pode ser verdadeira e não sabermos disso, é claro que tal visão depende de aceitarmos a noção tradicional de

verdade e sua relação com a noção de acordo com uma instância externa à própria crença e às representações mentais que temos. Ou seja, de fato, é preciso argumentarmos em favor de tal concepção, pois ela não se impõe imediatamente. E há concepções alternativas da verdade, algumas das quais vamos comentar nas próximas seções.

Alguém pode ter uma crença verdadeira e não saber que ela é verdadeira. Isso não é possível no caso de identificarmos a verdade com a certeza, pois, neste caso, todo objeto de convicção (toda crença ou opinião) seria automaticamente verdadeiro, e a pessoa que possuísse tal crença ou opinião saberia disso necessariamente. Mas, exatamente, se distinguimos a verdade da certeza, e se, seguindo a concepção tradicional, definirmos a verdade como uma relação entre a crença e algo diferente dela, um estado de coisas fora da mente do sujeito, então uma coisa seria dar uma *definição* de verdade, e outra seria apontar os meios para sabermos se uma crença ou opinião é verdadeira, isto é, se ela está de acordo com aquele estado de coisas que a torna verdadeira. Neste caso, o que se pede é um *critério* de verdade.

Na literatura filosófica sobre esse assunto há teorias que procuram apenas definir a verdade, e outras que, além disso, também procuram fornecer um critério de verdade. Embora os dois problemas possam ser tratados conjuntamente, eles podem estar separados. As teorias que vamos examinar neste capítulo são as mais conhecidas dos filósofos, e umas possuem uma dimensão criterial mais forte que outras. Para efeitos didáticos, de fato, é conveniente tratarmos primeiro do problema da definição de verdade, e deixar para depois o problema do critério, embora ele seja o problema de maior interesse direto para a teoria do conhecimento.

3.3 PORTADORES DE VERDADE

Uma definição de verdade, implícita ou explicitamente, tem de identificar o que os filósofos denominam um **portador de verdade**, isto é, especificar que tipo de coisa pode ser verdadeira (ou falsa). Dissemos no início deste capítulo que, de modo geral, consideramos que podem ser verdadeiras nossas crenças, ou opiniões,

ou teorias, ou hipóteses. Estas coisas, por assim dizer, são estados mentais ou representações do sujeito. Elas podem ser expressas ou comunicadas por meio da linguagem, por enunciados.

Tais enunciados utilizam orações ou sentenças de uma língua qualquer. Por sua vez, duas ou mais sentenças (da mesma língua ou de línguas diferentes) podem ser utilizadas para fazer os mesmos enunciados, nas mesmas circunstâncias e para expressar as mesmas crenças ou opiniões – caso em que tais orações ou sentenças são consideradas sinônimas. Aquilo que tais orações possuem em comum, ou aquilo a que elas remeteriam – seu significado – é o que os filósofos denominam **proposição**.

Desta forma, em princípio, temos dois tipos gerais de coisas que poderiam ser verdadeiras ou falsas:

- a) nossas representações mentais (pensamentos, crenças, opiniões, hipóteses etc.) e
- b) os objetos lingüísticos que podem estar com elas associadas ou que podem comunicá-las.

Estes últimos, por sua vez, não são todos de natureza igual, como vimos. Os *enunciados* são eventos públicos, que envolvem o uso da linguagem verbal, oralmente ou por escrito. As *sentenças* ou orações de uma língua são, por outro lado, abstrações. Por exemplo, temos abaixo dois enunciados, que nos dão duas ocorrências de uso da mesma oração:

1. Pingo é um gato.

2. Pingo é um gato.

Estes dois enunciados (1 e 2) utilizam a mesma sentença – ‘Pingo é um gato’ –, mas a sentença, propriamente falando, é uma entidade lingüística (uma *seqüência de símbolos corretamente formada* segundo as regras gramaticais de uma língua qualquer), e não cada uma dessas suas ocorrências acima (1 e 2).

Suponhamos agora um terceiro e um quarto enunciados, utilizando orações diferentes, uma terceira ainda em português e outra em inglês, mas que supomos expressar o mesmo pensamento que as anteriores:

Devemos acrescentar, obviamente, que todas as palavras de uma oração ou sentença devem ser significativas para que a sentença seja verdadeira. Palavras ou termos, contudo, ao contrário das sentenças, não podem ser verdadeiros ou falsos. São significativos ou não. Logo, uma palavra não pode ser um portador de verdade – a oração na qual a palavra ocorre é que pode.

3. Pingo é um felino de pequeno porte, da espécie *Felis catus*, que vive na cidade ou no campo, descendente das espécies *Felis lybica*, *Felis margarita* e *Felis chaus*.

4. *Pingo is a cat*.

Estas duas últimas sentenças e a anterior (utilizada nos enunciados 1 e 2) remetem à mesma **proposição** ou idéia, ou possuem o mesmo significado, por assim dizer. Ao falarmos de proposições, estamos passando para um outro nível de abstração, a partir de diferentes sentenças, da mesma língua ou mesmo de línguas diferentes.

Em resumo, as definições da verdade serão diferentes se disserem respeito ou a representações mentais (crenças, pensamentos etc.), ou a entidades lingüísticas (enunciados, sentenças ou proposições). Para os propósitos da teoria do conhecimento, podemos considerar que estas coisas equivalem umas às outras, uma vez que, por exemplo, como dissemos, um enunciado expressa determinada crença.

Além disso, por extensão, porções maiores de nossas representações também podem ser consideradas verdadeiras. Se uma crença e o enunciado que a expressa podem ser verdadeiros, então os diversos enunciados que compõem uma teoria, por exemplo, e que correspondem a diversas crenças ou opiniões, também podem ser tomados como verdadeiros em bloco. Isto é, a teoria pode também ser considerada verdadeira, caso todos os enunciados que a compõem sejam verdadeiros.

3.4 TEORIAS DA CORRESPONDÊNCIA

As principais teorias da correspondência conhecidas dos filósofos são duas: aquela defendida por Bertrand Russell e por Ludwig Wittgenstein, no período em que esses autores sustentaram a doutrina do **atomismo lógico**, e aquela devida a John Austin, pensador inglês cuja produção filosófica data da metade do século XX. De fato, Russell, por exemplo, apresenta duas versões da teoria, uma para crenças e outra para proposições – versões que são equivalentes. Ele e Wittgenstein defendem que a verdade é **correspondência** e que esta, por sua vez, é a **congruência**

Russell apresenta sua teoria em escritos da década de 1910. Wittgenstein defende a mesma teoria, com outra formulação, em seu livro *Tractatus Logico-Philosophicus*, publicado no início da década de 1920. A teoria de Austin é apresentada em alguns de seus artigos.

entre uma proposição e um fato (ou estado de coisas). A teoria de Austin é uma teoria que fala de enunciados e sentenças. Para ele, a correspondência é uma correlação entre dois tipos de convenções lingüísticas.

Vamos começar pela teoria da correspondência como congruência, devida a Russell e **Wittgenstein**. Em seguida, comentaremos a teoria de Austin. Tradicionalmente, uma teoria da correspondência tem sido atribuída também a Aristóteles, assim como a outros filósofos mais antigos. Não vamos nos ocupar aqui dessas teorias em geral, mas apenas acrescentar um breve comentário sobre Aristóteles.

Na *Metafísica*, Aristóteles apresenta uma máxima que ficou conhecida e que tem sido repetida por diversos filósofos que se ocupam do tema da verdade. Ele diz:

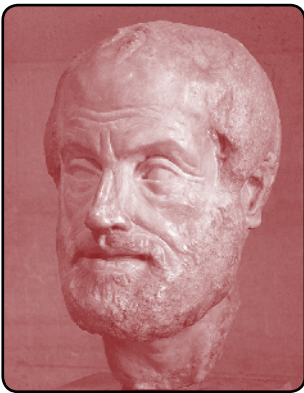
“Dizer do que é que ele não é, ou do que não é que ele é, é falso, enquanto que dizer do que é que ele é, e do que não é que ele não é, é verdadeiro.” (Livro Γ, 7, 27.)

Esta máxima pode, evidentemente, ser interpretada como uma versão da teoria da correspondência, mas não de forma necessária, ainda que o próprio **Aristóteles** fosse um adepto da teoria da correspondência. A máxima, contudo, é de caráter inteiramente formal, e permite outras interpretações. Ela expressa a idéia de acordo, e não apenas as teorias da correspondência envolvem essa noção. Como veremos adiante, ela está presente também nos outros tipos de teorias da verdade que examinaremos neste capítulo.

Para Russell e Wittgenstein, a correspondência é, como dissemos, congruência. Este termo remete a uma noção da geometria. São congruentes duas figuras geométricas que se ajustam perfeitamente uma na outra. Assim, estes autores estão utilizando uma metáfora, de fato. A idéia é que a verdade pressupõe que a **forma lógica** da proposição seja a mesma que a de um estado de coisas – aquele que a faz verdadeira. Um estado de coisas pode ser, por exemplo, um fato ou acontecimento que reúne dois objetos físicos. A proposição é verdadeira se existe o estado de coisas correspondente; e é falsa se ele não existe. A teoria pressupõe, assim, a comparação entre proposições e estados de coisas.



Ludwig Wittgenstein
(1899–1951).



Aristóteles (384–322 a.C.)

O tema da forma lógica, como já mencionamos no capítulo anterior, é estudado na lógica, e não temos espaço aqui para explicações mais longas. Resumidamente, podemos dizer que a idéia é que proposições e argumentos (seqüências de proposições) têm uma forma que não está explícita nas sentenças usadas para comunicá-los.

Suponhamos dois gatos, Leo e Pingo, e a seguinte proposição:

Leo está ao lado de Pingo.

Poderíamos fazer um desenho dos dois gatos, um ao lado do outro, ou podemos imaginar a cena, este fato que, se for real, torna a proposição acima verdadeira. Sendo um estado de coisas real, poderíamos fazer dele uma fotografia também. O fato, contudo, não é nenhuma dessas representações possíveis, mas a relação espacial entre Pingo e Leo. Ora, em primeiro lugar, não há, obviamente, nenhuma semelhança entre a cena que podemos imaginar, ou desenhar, ou fotografar, e a proposição acima. Assim, em segundo lugar, como alega a teoria, o acesso que teríamos à forma de tal estado de coisas seria por meio do exame da proposição que corresponde a ele.

Neste caso, um exame superficial da sentença utilizada – e que remete a tal proposição – também nada revela. A idéia de Wittgenstein e Russell era exatamente que a lógica é que pode nos ajudar a conhecer a forma lógica da proposição. Portanto, a aplicabilidade da teoria depende de uma teoria lógica. Além disso, o que ela pode nos dar é apenas um dos lados – aquele da proposição. Continuamos sem nada saber do outro lado – aquele do estado de coisas que torna a proposição verdadeira. Isso revela, de fato, o caráter metafísico dessa teoria, e sua desvantagem em relação a outras teorias que apelam para noções lingüísticas mais fáceis de manipular, como a teoria de Austin.

A teoria da correspondência como correlação, devida a *Austin*, possui a vantagem de não fazer nenhum apelo a concepções da realidade, o que era o caso da teoria de Russell e Wittgenstein. Ao contrário, Austin recorre apenas à determinada concepção do funcionamento da linguagem, isto é, das línguas naturais em geral.

Ele apresenta duas noções fundamentais para poder definir a verdade como correlação, que são as noções de convenções descritivas e convenções demonstrativas. As primeiras são aquelas convenções que correlacionam **sentenças** com tipos de situações, eventos etc., no mundo. Por sua vez, as convenções demonstrativas correlacionam **enunciados** com situações ocorridas. Ambos



John L. Austin (1911–1960).

os tipos de convenções de que fala Austin pressupõem, portanto, determinada prática e uso de uma língua pelos falantes.

A teoria, de fato, define a verdade para enunciados. Um enunciado é verdadeiro, diz Austin, quando o estado de coisas efetivo (ou ocorrido) com o qual tal enunciado é correlacionado pelas convenções demonstrativas é de um tipo com o qual a sentença utilizada (para fazer o enunciado) está correlacionada pelas convenções descritivas. O enunciado será falso se desrespeitar a correlação das duas ordens de convenções.

Embora pareça muito abstrata, na verdade, a alegação principal da teoria é simples. Por exemplo, um falante que diga “estou sentado”, para fazer um enunciado verdadeiro, tem de proferir o enunciado em um tipo de circunstância prevista pelas convenções descritivas e numa situação que exemplifica esse tipo. Assim explicada, a teoria parece óbvia, mas talvez um tanto trivial. De fato, em última instância, o que ela diz é que a verdade depende da competência do falante de uma língua de empregar uma sentença para fazer um enunciado na situação apropriada. E ele sabe que a situação é apropriada se aprendeu corretamente a língua que fala.

Essa obviedade e essa aparente simplicidade mostram, por outro lado, a força intuitiva da teoria, e o fato de que ela parece captar adequadamente a idéia central de acordo expressa na máxima de Aristóteles e que é, para o entendimento comum, talvez o essencial da noção de verdade.

De maneira geral, o ponto central das teorias da correspondência, como enfatiza Russell, é insistir que a verdade é uma relação de duas instâncias diferentes, como uma crença e um fato, ou uma proposição e um estado de coisas, ou dois tipos diferentes de convenções lingüísticas. Portanto, as teorias da correspondência mantêm firmemente aquela distinção, que comentamos anteriormente, entre certeza e verdade. A certeza é, deste modo, vista como um aspecto meramente interno de nossas crenças ou pensamentos, enquanto que a verdade nos coloca na dependência de uma outra instância, ou seja, da própria realidade.

3.5 TEORIAS EPISTÊMICAS

As teorias denominadas *epistêmicas* são aquelas que, aparentemente, violam a **exigência de acordo externo**, que acabamos de comentar, e que caracteriza as teorias da correspondência. As duas teorias epistêmicas da verdade que são mais conhecidas e discutidas na literatura são a **teoria coerentista** e a **teoria pragmática**.

Essas teorias ainda estão baseadas na idéia de acordo, mas, neste caso, o acordo que se espera haver é de opiniões ou crenças entre si, e não, como no caso das teorias correspondenciais, um acordo com a realidade. Assim caracterizadas as teorias epistêmicas, poderíamos dizer que também a teoria de Austin pertenceria a este grupo, e não, realmente, ao grupo das teorias da correspondência, já que ela afirma que há um acordo entre dois tipos de convenções lingüísticas. Esta é uma interpretação plausível, mas envolve uma discussão mais especializada, que não vamos empreender aqui. E, de qualquer modo, a maior parte dos comentadores caracteriza a teoria de Austin como uma teoria correspondencial.

A teoria da verdade como coerência – de um sistema de crenças, opiniões ou enunciados – tem relação com a filosofia idealista de autores como Hegel, mas há também versões que não estão ligadas a essa filosofia, como aquela defendida por **Otto Neurath**. A teoria pragmática da verdade é devida aos pensadores pragmatistas americanos do fim do século XIX e início do século XX, como C. S. Peirce, William James e John Dewey.

A idéia básica para os adeptos da teoria da coerência é que uma crença ou um enunciado pertencente a um sistema é declarado verdadeiro se está de acordo com a totalidade das outras crenças ou enunciados do sistema a que pertence. Entretanto, se há desacordo entre duas crenças ou dois enunciados de um sistema, com base em qual critério podemos decidir essa questão?

Ora, em primeiro lugar, é preciso comparar cada uma das crenças ou enunciados em conflito com o restante do sistema a que pertencem. E se mesmo assim a questão não se decidir em favor de uma das crenças ou dos enunciados, em última instância, é preciso

Essas teorias são ditas epistêmicas exatamente porque estão fundamentadas na idéia de que a verdade deve ser definida como uma relação interna a um sistema de crenças ou de enunciados, e não como uma relação entre crenças ou enunciados e uma instância externa.

Neurath está ligado ao grupo que ficou conhecido como *Círculo de Viena*, cuja doutrina é denominada *positivismo lógico*, que será examinada no capítulo 7, assim como o pensamento dos três autores pragmatistas.

tomar a decisão de conservar uma das crenças (ou enunciados) e eliminar a outra (ou o outro enunciado). Deste modo, à primeira vista, a teoria da coerência não seria capaz de nos ajudar a distinguir ficção de realidade – que é uma das críticas comuns a essa teoria, feita inclusive por Russell.

A razão disso é que, dependendo de nossa engenhosidade em lidar com noções e conceitos, crenças ou enunciados, sempre podemos construir e reformar sistemas que alcancem a coerência, isto é, sistemas nos quais nenhuma crença (ou enunciado) conflite com a outra (ou outro enunciado). Para responder a essa crítica, alguns autores argumentam então que a coerência não pode ser interpretada apenas como ausência de contradição entre as crenças ou enunciados de um sistema. Além disso, o sistema deveria ser também **abrangente**.

Entretanto, essa noção de abrangência é ambígua, uma vez que podemos perguntar: com que critério podemos julgar se um sistema é suficientemente abrangente? Ele teria de ser comparado com uma instância externa a ele, com a realidade, por exemplo. E isso faz parecer que, no final, a teoria da coerência tem de recorrer a uma noção de correspondência.

Uma solução de conciliação, proposta por outros autores, consiste em dizer que, afinal, é a correspondência que deve nos dar a definição de verdade, mas que a coerência pode nos dar então um critério de verdade. Epistemologicamente, essa solução é interessante, uma vez que ela nos permite comparar crenças apenas com crenças, ou enunciados apenas com enunciados – e não com uma realidade à qual não temos acesso. Mas, implicitamente, tal solução pressupõe que há, de qualquer forma, um acordo básico entre nossos sistemas e a realidade – e faltaria explicar como tal acordo básico se fez.

A teoria pragmatista é, em parte, uma solução para esse problema, uma vez que, segundo seus defensores, a verdade é um tipo de acordo produzido a longo prazo entre nossas crenças e a experiência. Embora eles apresentem formulações diferentes, segundo Peirce, James e Dewey, em última instância, a verdade é o que prevalece se nossas investigações forem feitas por um tempo suficien-

temente longo e se conseguirmos construir sistemas de crenças de grande estabilidade – o que significaria que eles estariam sendo o tempo todo testados e aperfeiçoados pela experiência.

Esta teoria, assim como a teoria da coerência, não explica completamente, contudo, de que forma a realidade poderia se impor a nosso pensamento, produzindo sistemas estáveis (e, logo, coerentes). Os pragmatistas possuem uma teoria elaborada da investigação, mas ela não elimina completamente a necessidade de algum recurso à correspondência, pelo menos como uma metafísica implícita, assim como no caso da teoria da coerência.

3.6 TEORIA SEMÂNTICA

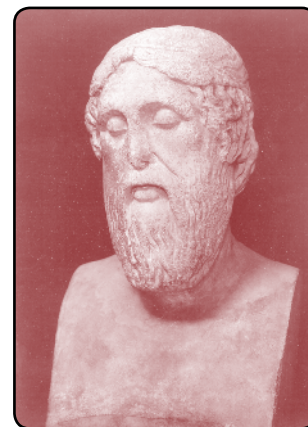
A teoria *semântica* da verdade é devida ao lógico polonês Alfred Tarski e, embora seja, de fato, a teoria mais respeitada neste domínio, é aquela que menos possibilidades de aplicação apresenta para a teoria do conhecimento. Embora tenha havido grande entusiasmo com a teoria da parte de alguns epistemólogos, como Karl Popper (que a interpretou como uma teoria da correspondência), o próprio Tarski era bastante cauteloso quanto à possibilidade de utilizar a teoria para analisar a linguagem comum. De fato, a teoria foi criada para definir a expressão ‘sentença verdadeira’ para linguagens formalizadas. Vamos explicar aqui apenas as noções essenciais, sem entrar nos detalhes mais técnicos.

O que Tarski procurou fazer foi especificar as condições para uma sentença de uma linguagem formalizada (como aquela utilizada pela lógica elementar) ser dita verdadeira sem nos levar a paradoxos. Um desses paradoxos remonta aos pensadores gregos, e é conhecido como o Paradoxo do Mentiroso. Intuitivamente, o problema é o seguinte: supondo que tudo o que um mentiroso diz é falso, se ele diz “estou dizendo uma mentira”, isso é verdadeiro ou falso?

Uma forma mais moderna de formular esse paradoxo atribuído a *Epimênides* seria a seguinte. Suponhamos a sentença a seguir:

A ÚNICA SENTENÇA NESTA PÁGINA COM TODAS AS LETRAS MAIÚSCULAS É FALSA.

A teoria de Tarski é dita semântica porque lida com os chamados predicados semânticos (como ‘verdadeiro’ e ‘falso’) e dá as ferramentas conceituais para desenvolver aquela parte da lógica que lida com a interpretação das sentenças de uma linguagem formalizada (inclusive o valor veritativo de tais sentenças) – que é a parte da lógica denominada semântica, exatamente.



Epimênides de Cnossos (Creta), figura semimítica (séc. VI a.C.) a quem se atribui o Paradoxo do Mentiroso.

Essa sentença, obviamente, diz respeito a ela mesma. Se supomos que ela é verdadeira, o que ela diz é que é falsa – e, logo, ela é falsa. Agora, se supomos que ela é falsa, o que ela diz é que é falsa, o que quer dizer que o verdadeiro é o contrário – e, logo, ela é verdadeira.

A forma de resolver esse e outros paradoxos devidos à auto-referência, segundo Tarski, consiste em fazer a distinção entre *linguagem-objeto* (a linguagem da qual falamos) e *metalinguagem* (aquela linguagem que utilizamos para falar da primeira). A metalinguagem tem de ser sempre mais rica que a linguagem-objeto da qual ela fala, e os termos como ‘verdadeiro’ e ‘falso’ devem pertencer à metalinguagem, e não à linguagem-objeto. Desse modo, impedimos a auto-referência, pois uma sentença não pode falar dela mesma, pois ela não pode falar de sentenças da mesma linguagem a que ela pertence.

Além disso, *Tarski* apresenta também sua famosa convenção T, que diz o seguinte:

x é uma sentença verdadeira se e somente se p.

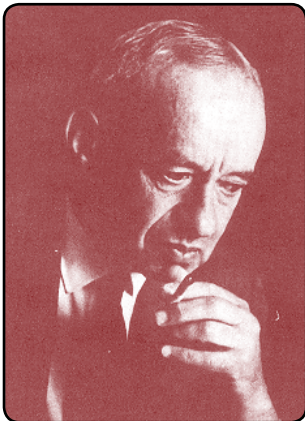
Neste esquema, o termo ‘x’ se refere ao nome de uma sentença (o que podemos construir, por exemplo, colocando uma sentença entre aspas), e o termo ‘p’ se refere a um estado de coisas. Assim, um exemplo seria o seguinte:

‘a neve é branca’ é verdadeira se e somente se a neve é branca.

No início do enunciado acima, a sentença ‘a neve é branca’ está sendo citada (ou nomeada) e, no final, ela está sendo utilizada (para se referir a um estado de coisas). Assim, a convenção T estabelece as condições de um acordo.

Isso levou alguns, tal como Popper, como dissemos antes, a tomarem a teoria semântica como uma teoria da correspondência, o que não era a intenção de Tarski. O que explicitamente ele queria era apenas recuperar a idéia central daquela máxima de Aristóteles.

De qualquer forma, na medida em que sua teoria resolve o problema da verdade apenas para linguagens formalizadas, que aten-



Alfred Tarski (1902–1983).

dem ao requisito antes mencionado (de não conter termos como ‘verdadeiro’ e ‘falso’), ela não poderia ser utilizada para analisar sentenças das línguas naturais, que são formas de linguagem que contêm tais termos veritativos.

LEITURA RECOMENDADA

Há diversos textos introdutórios às teorias da verdade. Disponíveis em português, os mais acessíveis são os listados abaixo, que podem ser consultados, sobretudo nos capítulos indicados para cada um.

HAACK, S. *Filosofia das lógicas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. Cap. 7.

DUTRA, L. H. A. *Verdade e investigação: O problema da verdade na teoria do conhecimento*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 2001. Cap. 1.

KIRKHAM, R. L. *Teorias da verdade*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003. Cap. 3, 4 e 5.

RUSSELL, B. *Da natureza da verdade e da falsidade*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. v. Russell (Coleção Os Pensadores).

REFLITA SOBRE

- Por que a certeza não é uma condição para a verdade.
- A relação entre certeza e evidência.
- A diferença entre definir a verdade e apresentar um critério de verdade.
- A relação entre proposições, sentenças e enunciados como portadores de verdade.
- Por que a noção de verdade, em suas várias apresentações, envolve sempre a idéia de acordo.
- As vantagens e desvantagens da teoria da correspondência.
- A principal crítica que se pode fazer às teorias epistêmicas da verdade.

- As duas condições fundamentais impostas pela teoria semântica.
- A Paradoxo do Mentiroso, elaborando um exemplo diferente daquele dado acima.
- Por que a teoria de Tarski não é uma teoria da correspondência.

